



**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**  
**Companhia Aberta – Código CVM 13.765**

**CNPJ 90.076.886/0001-40 – NIRE 43300031161**

**Av.**

**Sen.**

**Manual para Participação de Acionistas**  
**e**  
**Proposta da Administração**

**Assembleia Geral**

**Ordinária**

**Realização:**

**11 de abril de 2017 às 09 horas**

**Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro São Cristóvão – Lajeado (RS)**  
**Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3**

**S u m á r i o**

- 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores**
  - 2. Proposta da Administração**
  - 3. Informações Gerais sobre Assembleia Geral**
    - 3.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO**
  - 4. Orientações para Participação nas Assembleias Gerais**
    - 4.1 - Acionistas**
    - 4.2 - Procuradores**
  - 5. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação**
  - 6. Informações Complementares sobre as Matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária, de 14 de abril de 2016, 10h00min**
    - 6.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO**
- Anexo I - Relatório Anual dos Administradores com Declaração da Diretoria Relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria**
- Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes - Michelin & Puerari Auditores e Consultores SS**
- Anexo III - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**
- Anexo IV - Parecer do Conselho Fiscal**
- Anexo V - Destinação do Lucro Líquido**
- Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia**
- Anexo VII - Currículos dos Candidatos Indicados para Administradores e as Informações Indicadas nos Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência**
- Anexo VIII - Informações sobre a Remuneração dos Administradores**

Lajeado (RS), 10 de março de 2017.

Prezados Acionistas da Minupar Participações S/A.

É com satisfação que apresentamos a “Proposta da Administração” da Companhia, contendo todas as informações a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2017 às 09h00min, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto.

Aproveitamos o ensejo para convidá-los para participarem da referida Assembleia Geral, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS).

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS); jornal O Informativo do Vale (Lajeado-RS), edição nacional e estão disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia, [www.minupar.com.br](http://www.minupar.com.br); da CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e BM&FBovespa, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

A Proposta em referência apresenta, de forma clara e objetiva, informações adicionais à Assembleia Geral, possibilitando aos Senhores participarem de questões relevantes para a Companhia, a qual vem atuando de modo a aprimorar suas práticas de Governança Corporativa.

Desde já colocamo-nos à disposição para informações adicionais a respeito do assunto em foco.

Cordialmente.

Antonio Carlos Rago Cano  
Presidente do Conselho de Administração

Rocheli Verçosa Souza  
Diretor de Relações com Investidores

## **2. Proposta da Administração**

O Conselho de Administração da Minupar Participações S/A, vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2017:

1- Aprovar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Relatório da Auditoria Externa, e demais atos e documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2016, enviados à CVM e BM&FBOVESPA no dia 29 de março de 2017. (ANEXO I a IV)

2 - Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração - Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros, podendo ser reeleitos. (ANEXO VII)

3 - Fixar a Remuneração Global dos Administradores - Fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2017, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), cabendo ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores. (ANEXO VIII)

4 - Não haverá deliberação sobre destinação do Lucro Líquido e distribuição de dividendos em virtude da Companhia ter registrado prejuízo, conforme disposto no Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481. (ANEXO V)

É o que o Conselho de Administração tem a propor e espera seja analisado e aprovado pelos Senhores acionistas.

Lajeado, 10 de março de 2017.

Conselho de Administração

### **3. Informações Gerais Sobre Assembleia Geral Ordinária**

As matérias relativas às Assembleias Gerais estão regulamentadas nos Arts. 121 a 137 da Lei 6.404/76 e nos Arts. 15 a 17 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das Assembleias Gerais é realizada mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora de realização, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. A primeira convocação é realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e a segunda convocação com 8 (oito) dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Social com direito a voto e em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

As Assembleias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por acionista indicado pelos presentes ou, na falta do Presidente do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os acionistas presentes.

### **3.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO**

De acordo com a legislação vigente, as Sociedades por Ações devem realizar a Assembleia Geral Ordinária no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, conforme determinado pela legislação vigente, serão disponibilizados aos acionistas: (i) Relatório Anual dos Administradores; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (iv) Parecer dos Auditores Independentes; (v) Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado e (vi) Comunicação de que os documentos da administração estão disponíveis, nos termos do disposto no art. 133 da Lei 6.404/76.

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizada aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM 481/2009.

c) Eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Poderão ser eleitas para os órgãos de administração, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

Observadas as condições previstas nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei 6404/76, é facultado aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

A legislação dispõe que as sociedades por ações terão um Conselho Fiscal e o Estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6404/76 e Estatuto Social, a instalação do Conselho Fiscal pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. No entanto a CVM, através da Instrução CVM 324, de 19/12/2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia o Conselho Fiscal poderá ser instalado, por solicitação de acionistas que representarem, no mínimo, 4% (quatro por cento) das ações ordinárias, com direito a voto.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador em empresa ou Conselho Fiscal.

Conforme previsto no art. 18, § 1º do Estatuto Social, cabe ainda à Assembleia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A verba sendo votada de forma global caberá ao Conselho de Administração a sua individualização.

#### **4. Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária**

##### **4.1 Acionistas**

Os acionistas da Companhia poderão participar da Assembleia Geral, comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto a respeito das matérias a serem votadas.

Para participar e votar na referida Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte:

**(i)** Apresentar documento de identidade e constar no relatório obtido pela Companhia, junto a instituição financeira custodiante como titular das ações de emissão da Companhia. O referido relatório será emitido no dia anterior ao da realização da assembleia.

**(ii)** Os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as Assembleias Gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares e/ou representarem.

#### **4.2 Procuradores**

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das Assembleias Gerais.

Conforme faculta o Art. 17 do Estatuto Social, visando dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembleias Gerais, a comprovação de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério da administração, ser solicitados para que sejam depositados com antecedência de, pelo menos, 48 horas antes da previsão de realização das Assembleias Gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço [dri@minupar.com.br](mailto:dri@minupar.com.br).

O endereço da sede da Companhia para o envio dos documentos é:

Minupar Participações S/A. – Relações com Investidores  
Av. Senador Alberto Pasqualini, 1535 – Bairro: São Cristóvão  
CEP 95900-000 – LAJEADO (RS)

#### **5. Aviso aos Acionistas, Edital de Convocação e Demonstrações Contábeis**

O Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária, de que trata o Art. 124 da Lei 6404/76, a ser realizada no dia 11 de abril de 2017, serão publicados nas edições de 10, 13 e 14 de março de 2017, nos jornais “O Informativo do Vale”, (Lajeado-RS), “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio” (Porto Alegre-RS). As Demonstrações Contábeis serão publicadas nos jornais “O Informativo do Vale”, (Lajeado-RS) e “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio” (Porto Alegre-RS), nos prazos legais.

### **A V I S O**

Comunicamos aos acionistas que se encontram à sua disposição, em nossa sede social, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO**

Convidamos os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral, no dia 11 de abril de 2017, às 09h00min, na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), a fim de: **(a)** Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2016; **(b)** Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração e **(c)** Fixar a remuneração global dos administradores.

#### **Instruções Gerais:**

- (i)** A Companhia informa que não haverá distribuição de dividendos em virtude dos prejuízos apresentados.
- (ii)** Para participar e votar na Assembleia os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar as disposições previstas no Art. 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Conforme faculta o disposto no art. 17 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar a procuração na sede da Companhia, com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia.
- (iii)** É facultado aos acionistas detentores de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, conforme disposto no Art. 141 da Lei 6.404/76 e na Instrução Normativa CVM nº 165/91 alterada pela nº 282/98. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral.
- (iv)** Informações complementares sobre as matérias a serem tratadas em Assembleia, encontram-se disponíveis no site da Companhia, [www.minupar.com.br](http://www.minupar.com.br); da CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e BM&F Bovespa, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

Lajeado (RS), 10 de março de 2017.

Antonio Carlos Rago Cano - Presidente do Conselho de Administração

#### **6. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2017.**

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, [www.minupar.com.br](http://www.minupar.com.br); da CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e BM&FBovespa, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

##### **6.1 Assembleia Geral Ordinária – AGO**

**(a)** Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2016.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Michelon & Puerari Auditores e Consultores SS, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, que as consideraram em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram disponibilizados aos acionistas em nossa sede social, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS) a partir de 11 de abril de 2017.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia está disponibilizando os comentários dos administradores, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

**(b) Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração.**

Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, residentes no País. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros. O mandato dos conselheiros é de 1 (um) ano, podendo serem reeleitos.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98 estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

**(c) Fixar a Remuneração Global dos Administradores.**

De acordo com a determinação da Lei 6404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2017, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Cabe ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores.

**Anexo I** – Relatório Anual dos Administradores – 2016, com Declaração da Diretoria relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas e Relatório da Auditoria.

**Anexo II** – Parecer dos Auditores Independentes – Michelon & Puerari Auditores e Consultores SS

**Anexo III** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**Anexo IV** – Parecer do Conselho Fiscal

**Anexo V** – Destinação do Lucro Líquido

**Anexo VI** – Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

**Anexo VII** – Currículo dos Candidatos a membros do Conselho de Administração e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

**Anexo VIII** – Informações sobre a Remuneração dos Administradores

**Anexo I - Relatório da Administração****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Mensagem aos Acionistas,**

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2016. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As despesas gerais e administrativas consolidadas se mantiveram dentro dos valores orçados no ano de 2016, enquanto que seu faturamento líquido consolidado atingiu R\$ 196,3 milhões, que comparado ao ano de 2015 apresentou uma redução de R\$ 11,0 milhões. Esta redução está atrelada ao ocorrido em 03 de maio de 2016, onde a Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, efetuou a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades da unidade de abates de aves da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo, RS.

**Perspectivas**

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam contínua otimização dos processos, com ênfase na modernização de suas plantas industriais e crescimento gradativo e sustentável da operação própria de industrializados, voltada à produção para os mercados interno e externo, bem como a consolidação dos contratos de parceria com terceiros e ainda alternativas de recomposição para solução de seus passivos tributários remanescentes.

**Mercado de Capitais**

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em Assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

<b>Quantidade de Ações em 31/12/2016</b>	<b>7.100</b>
Resultado do exercício (consolidado)	(13.332)
Resultado por ação básico e diluído	(1,87775)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

**Relacionamento com os Auditores Externos**

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer dos exercícios de 2016 e 2015 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

**Declaração da Administração**

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões, individual e consolidada, expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

**Agradecimentos**

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado, 10 de março de 2017.

A Administração.

A Administração.

## **Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Ao**

**Conselho e Acionistas da**

**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**

**Lajeado - RS**

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Minupar Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Minupar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Ênfase**

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 05 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990, nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em

janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória.

A Companhia e sua controlada indireta (nota explicativa nº 18) optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 27, em 03 de maio de 2016 houve a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades da unidade de abates de aves, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo (RS). Dentre outros fatores determinantes a suspensão das atividades da referida unidade, pesou o encerramento, em abril/2016, do contrato de prestação de serviço de abates de aves que a Minuano mantinha junto à outra empresa do ramo.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuar operando.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Provisões e passivos contingentes – tributárias, trabalhistas e cíveis – Consolidado**

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 16, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil como uma provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem impactar significativamente no montante de provisão reconhecido nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para escrituração das respectivas provisões, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante todos os períodos apresentados. Analisamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com jurisprudência existente para os casos mais significativos. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, reclamationárias e posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos internos e externos, bem como a obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo os casos mais significativos. Avaliamos ainda a adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

### **Outros Assuntos**

#### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da controladora e controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da controladora Minupar Participações S.A e Companhia Minuano de Alimentos e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de março de 2017.

MICHELON & PUERARI AUDITORES E CONSULTORES SS  
CRC-RS nº 4.626

**Vicente Michelin**  
**CRC/RS 052365/O-8**  
**Sócio Responsável**

**Anexo III - Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)**

**A T I V O**

		<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		<u>4º TRIM</u>	<u>DEZ</u>	<u>4º TRIM</u>	<u>DEZ</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>27.435</b>	<b>35.529</b>
		<b>4</b>	<b>4</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1	1	612	274
Clientes	5	-	-	14.778	20.851
Estoques	6	-	-	5.850	4.811
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	47	895
Impostos a Recuperar	7	3	3	3.209	4.466

Partes Relacionadas	15	-	-	-	-
Dividendos a Receber		-	-	-	-
Outras Contas a Receber		-	-	2.939	4.232
				-	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>18.526</b>	<b>24.075</b>	<b>180.717</b>	<b>179.457</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>18.526</b>	<b>24.075</b>	<b>55.777</b>	<b>57.274</b>
Partes Relacionadas	15				
		18.526	24.068	12.752	13.198
Impostos a Recuperar	7	-	-	34.588	34.433
Depósitos Judiciais	16	-	7	3.261	4.632
Outras Contas a Receber		-	-	5.176	5.011
<b>Investimentos</b>	8	-	-	<b>16.761</b>	<b>16.760</b>
<b>Ativo Biológico</b>		-	-	-	-
<b>Imobilizado</b>	9	-	-	<b>107.889</b>	<b>105.122</b>
<b>Intangível</b>	9	-	-	<b>290</b>	<b>301</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>18.530</b>	<b>24.079</b>	<b>208.152</b>	<b>214.986</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)**

**PASSIVO**

	Notas	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
		<u>2016</u> DEZ	<u>2015</u> DEZ	<u>2016</u> DEZ	<u>2015</u> DEZ
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	11	<b>628</b>	<b>665</b>	<b>372.014</b>	<b>353.073</b>
		277	277	7.668	7.545
Fornecedores de Ativo Fixo		-	-	-	-
Instituições Financeiras	10	-	-	229	1.896
Títulos descontados	5	-	-	-	-
Saques negociados		-	-	-	-
Faturamento antecipado	5	-	-	500	645
Impostos, Taxas e Contribuições	13	163	206	350.074	319.327

Impostos Diferidos	14	-	-	454	454
Salários a Pagar e Provisões	12				
		188	182	10.221	10.853
Adiantamentos de Clientes	5	-	-	1.943	5.429
Obrigações a Pagar por Contratos		-	-	-	-
Cheques a Compensar		-	-	-	-
Outras Contas a Pagar		-	-	925	6.924
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
		<b>285.231</b>	<b>277.424</b>	<b>103.738</b>	<b>116.181</b>
Provisão para Perdas em	8				
Investimentos		269.495	258.028	-	-
Fornecedores de Ativo Fixo		-	-	-	-
Instituições Financeiras	10	-	-	2.016	2.704
Impostos, Taxas e Contribuições	13				
		314	330	29.449	31.236
Impostos Diferidos	14	-	-	17.083	17.960
Obrigações a Pagar por Contratos		-	-	-	-
Partes Relacionadas	15				
		15.422	16.332	29.510	36.107
Provisão para Contingências	16	-	-	24.637	24.399
Outras Contas a Pagar		-	2.734	1.043	3.775
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>		<b>(267.329)</b>	<b>(254.009)</b>	<b>(267.600)</b>	<b>(254.268)</b>
<b>Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores</b>		<b>(267.329)</b>	<b>(254.009)</b>	<b>(267.329)</b>	<b>(254.009)</b>
Capital Social	19				
		120.108	120.108	120.108	120.108
Reserva de Reavaliação		3.666	3.666	3.666	3.666
Reserva de Lucros		-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa		42.086	45.098	42.086	45.098
Prejuízos Acumulados		(431.197)	(420.889)	(431.197)	(420.889)
Outros Resultados Abrangentes		(1.992)	(1.992)	(1.992)	(1.992)
<b>Participação de Acionistas Não Controladores</b>					
		-	-	(271)	(259)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>18.530</b>	<b>24.080</b>	<b>208.152</b>	<b>214.986</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)**

	Notas	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
		<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		<u>DEZ</u>	<u>DEZ</u>	<u>DEZ</u>	<u>DEZ</u>
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>		-	-	<b>209.282</b>	<b>207.304</b>
Impostos e Devoluções		-	-	(12.984)	
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	3.18	-	-	<b>196.298</b>	<b>207.304</b>
Custo dos Produtos Vendidos	22	-	-	(159.391)	(160.564)

<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>36.907</b>	<b>46.740</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(11.915)</b>	<b>(9.716)</b>	<b>(13.497)</b>	<b>(24.846)</b>
De Administração	22	(447)	(498)	(6.784)	(7.823)
De Vendas	22	-	-	8.329	(8.968)
Outras Receitas Operacionais	23	-	1	10.464	6.010
Outras Despesas Operacionais	23	(1)	(126)	(8.848)	(14.065)
Resultado da Equivalência Patrimonial	8	(11.467)	(9.093)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(11.915)</b>	<b>(9.716)</b>	<b>23.410</b>	<b>21.894</b>
Despesas Financeiras	24	(1.408)	(1.371)	(36.852)	(35.272)
Receitas Financeiras	24	2	-	112	2.282
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>(13.321)</b>	<b>(11.087)</b>	<b>(13.330)</b>	<b>(11.096)</b>
Contribuição Social Corrente		-	-	-	-
Imposto de Renda Corrente		-	-	-	-
Contribuição Social Diferida		-	-	-	-
Imposto de Renda Diferido		-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>		<b>(13.321)</b>	<b>(11.087)</b>	<b>(13.330)</b>	<b>(11.096)</b>
Participação dos Empregados		-	-	-	-
Participação dos Administradores		-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS S/CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>(13.321)</b>	<b>(11.087)</b>	<b>(13.330)</b>	<b>(11.096)</b>
Reversão dos Juros s/Capital Próprio		-	-	-	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(13.321)</b>	<b>(11.087)</b>	<b>(13.330)</b>	<b>(11.096)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À</b>					
Participação dos Acionistas Não Controladores		-	-	(12)	(9)
Participação dos Acionistas Controladores		-	-	(13.320)	(11.087)
<b>TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(13.321)</b>	<b>(11.087)</b>	<b>(13.332)</b>	<b>(11.096)</b>
<b>Prejuízo por Ação (Básico e Diluído) - R\$</b>	25	<b>(1,87620)</b>	<b>(0,01562)</b>	<b>(1,87775)</b>	<b>(0,01562)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO  
(em milhares de reais)**

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	<u>DEZ</u>	<u>DEZ</u>	<u>DEZ</u>	<u>DEZ</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado Do Exercício</b>	<b>(13.320)</b>	<b>(11.087)</b>	<b>(13.320)</b>	<b>(11.087)</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	-	-	7.271	7.283

Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-	-	90	110
Encargos Financeiros s/Empréstimos	-	-	280	1.836
Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-	-	(877)	(907)
Ajustes exercícios anteriores	-	-	-	-
Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	4.014	4.073
Atualização de Passivos Tributários	-	-	22.999	20.913
Provisão (Reversão) de Débitos decorrentes de parcelamentos	-	-	-	-
Alienação	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.467	9.093		
Participação de Minoritários	-	-	(12)	(9)
Varição Provisão para Contingências			5.870	5.618
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Varição Clientes	-	-	5.983	(2.266)
Varição Estoques	-	-	(1.039)	(996)
Varição Adiantamentos a Fornecedores	-	-	848	(397)
Varição Impostos a Recuperar	-	(4)	1.102	(95)
Varição Outras Contas a Receber	-	-	1.128	(6.277)
Varição Depósitos Judiciais	7	-	1.371	(1.296)
Varição Fornecedores	-	1	123	1.497
	-	-	-	-
Varição Faturamento antecipado	-	-	(145)	(366)
Varição Impostos, Taxas e Contribuições	(58)	(112)	5.961	5.637
Varição Salários a Pagar e Provisões	6	8	(632)	1.912
Varição Adiantamentos de Clientes	-	-	(3.486)	1.417
Varição Provisão para Contingências	-	-	(5.632)	(2.079)
Varição Outras Contas a Pagar	(2.734)	2.734	(8.731)	3.158
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(4.632)</b>	<b>633</b>	<b>23.166</b>	<b>27.679</b>

**Fluxos de caixa das atividades de investimentos**

Varição de ativo propriedade para investimento	-	-	(1)	(1.324)
Varição de ativo imobilizado	-	-	(14.013)	(10.813)
Varição de ativo intangível	-	-	(27)	(10)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	-	-	<b>(14.041)</b>	<b>(12.147)</b>

**Fluxos de caixa das atividade de Financiamentos**

Varição Instituições Financeiras	-	-	(2.635)	(13.168)
Varição Cheques a Compensar	-	-	-	(33)
Varição Títulos descontados	-	-	-	-
Varição Saques negociados	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-
Varição Partes Relacionadas	4.632	(633)	(6.151)	(2.335)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>4.632</b>	<b>(633)</b>	<b>(8.786)</b>	<b>(15.536)</b>

**Aumento de caixa e equivalente de caixa**      -      -      **338**      **(4)**

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	1	274	278
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1	1	612	274

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA REAVALIAÇÃO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXA	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE ACIONISTAS CONTROLADORA
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>120.108</b>	<b>3.666</b>	<b>45.751</b>	<b>(410.206)</b>	<b>(1.992)</b>	<b>(20.875)</b>
<b>Composição do Capital</b>						
Subscrição	-	-	-	-	-	-
de participação sobre operações reflexas	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação Reflexa	-	-	-	-	-	-
Resultado de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(653)	611	-	-
Resultado de mais valia reflexa s/Propriedade para Investimento	-	-	-	-	-	-
Líquido do Exercício	-	-	-	(207)	-	-
	-	-	-	(11.087)	-	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>120.108</b>	<b>3.666</b>	<b>45.098</b>	<b>(420.889)</b>	<b>(1.992)</b>	<b>(20.875)</b>
Resultado de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(3.012)	3.012	-	-
Resultado de mais valia reflexa sobre Propriedades para Investimento	-	-	-	-	-	-
Líquido do Exercício	-	-	-	(13.320)	-	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>120.108</b>	<b>3.666</b>	<b>42.086</b>	<b>(431.197)</b>	<b>(1.992)</b>	<b>(20.875)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (em milhares de reais)

	<u>CONTROLADORA</u>		<u>CONSOLIDADO</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
	DEZ	DEZ	DEZ	DEZ
<b>RECEITAS</b>			<b>(1)</b>	<b>220.144</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	(1)	218.551
Outras receitas	-	-	-	1.703
Provisão / Reversão para créditos liquidação duvidosa	-	-	-	(110)

<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(246)</b>	<b>(454)</b>	<b>(255)</b>	<b>(101.929)</b>
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	-	(43.575)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(246)	(454)	(255)	(58.354)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(246)</b>	<b>(454)</b>	<b>(256)</b>	<b>118.215</b>
<b>DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.158)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>(246)</b>	<b>(454)</b>	<b>(256)</b>	<b>111.057</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(11.465)</b>	<b>(5.398)</b>	<b>2</b>	<b>12.173</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(11.467)	(9.093)	-	-
Receitas Financeiras	2	3.694	2	4.911
Benefícios tributários	-	-	-	-
Outras	-	1	-	7.262
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(11.711)</b>	<b>(5.852)</b>	<b>(254)</b>	<b>123.230</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(11.711)</b>	<b>(5.852)</b>	<b>(11.709)</b>	<b>123.230</b>
<b>Remuneração do Trabalho</b>	<b>178</b>	<b>156</b>	<b>178</b>	<b>76.724</b>
Remuneração direta	171	138	171	60.423
Benefícios	7	18	7	11.326
FGTS	-	-	-	4.975
<b>Remuneração do Governo</b>	<b>34</b>	<b>29</b>	<b>36</b>	<b>15.705</b>
Federais	34	29	36	9.685
Estaduais	-	-	-	6.020
Municipais	-	-	-	-
<b>Remuneração Capitais de Terceiros</b>	<b>1.397</b>	<b>5.050</b>	<b>1.398</b>	<b>41.897</b>
Juros	1.378	5.033	1.378	40.819
Crédito Prêmio IPI	-	-	-	-
Outros	19	17	20	1.078
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração de capitais próprias</b>	<b>(13.320)</b>	<b>(11.087)</b>	<b>(13.321)</b>	<b>(11.096)</b>
Prejuízo do exercício	(13.320)	(11.087)	(13.320)	(11.087)
Participações de minoritários	-	-	(1)	(9)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(em milhares de reais)**

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 10 de fevereiro de 2017, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Declaração de Conformidade**

**3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

### **3.2 Consolidação**

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

#### **3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### **3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

### **3.3 Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.6 Clientes**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.8 Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.10 Investimentos**

#### **3.10.1 Participações Societárias**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

#### **3.10.2 Propriedades para Investimento**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

### **3.11 Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Com relação ao exercício findo em dezembro de 2016, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas, constatando que seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril, que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

### **3.12 Intangível**

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

### **3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.14 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

### **3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte “B” dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

### 3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
<b>Receita bruta de produtos e serviços</b>	<b>173.091</b>	<b>36.191</b>	<b>209.282</b>	174.712	46.242	220.954
(-) Impostos	(11.783)	-	(11.783)	(11.247)	-	(11.247)
(-) Devoluções	(769)	(432)	(1.201)	(886)	(1.517)	(2.403)
<b>Receita líquida de produtos e serviços</b>	<b>160.539</b>	<b>35.759</b>	<b>196.298</b>	<b>162.579</b>	<b>44.725</b>	<b>207.304</b>

### 3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### 3.21 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são

apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

#### NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	-	-	6	5
Bancos - conta corrente	1	1	606	269
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>612</b>	<b>274</b>

#### NOTA 05 - CLIENTES - CONSOLIDADO

	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	12.225	17.080
Mercado externo	3.128	4.375
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(575)	(604)
<b>Subtotal</b>	<b>14.778</b>	<b>20.851</b>
(-) Faturamentos antecipados	(500)	(645)
(-) Adiantamentos de clientes	(1.943)	(5.429)
<b>Clientes a receber, líquido.</b>	<b>12.335</b>	<b>14.777</b>

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de faturamento antecipado foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

#### NOTA 06 - ESTOQUES - CONSOLIDADO

	31/12/2016	31/12/2015
Produtos prontos	873	335
Matérias primas	1.555	1.211
Materiais de embalagem	1.024	1.095
Materiais de manutenção	1.894	1.635
<b>Subtotal</b>	<b>5.346</b>	<b>4.276</b>
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	504	535
<b>Total</b>	<b>5.850</b>	<b>4.811</b>

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

#### NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR - CONSOLIDADO

<b>Circulante</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
IRRF a recuperar	2	1
IRPJ a recuperar	687	720
CSLL a recuperar	250	263
PIS e COFINS a recuperar	308	346
ICMS a recuperar	1.647	2.869
ICMS a recuperar - Imobilizado	110	65
Crédito de Exportação (Reintegra)	202	202
<b>Total</b>	<b>3.206</b>	<b>4.466</b>

<b>Não Circulante</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	34.369	34.369
ICMS a Recuperar - Imobilizado		219	64
<b>Total</b>		<b>34.588</b>	<b>34.433</b>

#### a) Crédito Prêmio IPI - Controlada Indireta

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.

#### NOTA 08 - INVESTIMENTOS

#### a) Participações Societárias - Individual

<b>Descrição</b>	<b>Valepar S/A</b>	<b>Sulaves S/A</b>	<b>Total</b>
% participação direta	99,99%	99,99%	
<b>Saldo do investimento em 31/12/2015</b>	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(189.600)	(68.428)	<b>(258.028)</b>
+/- Equivalência Patrimonial	(8.409)	(3.058)	<b>(11.467)</b>
+ Partic. Reflexa em Avaliação de Prop. p/Investimento de Controlada	205	(205)	-

+ Provisão para Perdas	(197.804)	(71.691)	(269.495)
<b>Saldo do investimento em 31/12/2016</b>	-	-	-

## b) Propriedades para investimento - Consolidado

Grupos	31/12/2016			31/12/2015
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640	6.640
Prédios	17.025	(6.904)	10.120	10.120
<b>Total</b>	<b>23.665</b>	<b>(6.904)</b>	<b>16.761</b>	<b>16.760</b>

A movimentação das propriedades para investimento está demonstrada na nota explicativa do imobilizado e intangível.

## NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	0,00%	16.695	-	16.695	16.695
Prédios	2,50%	59.216	(2.023)	57.193	54.795
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	33.473	(4.574)	28.899	28.057
Moveis e utensílios	8,33%	2.288	(470)	1.818	2.036
Computadores e periféricos	33,33%	571	(107)	464	174
Veículos	20,00%	161	(59)	102	161
Imobilizações em andamento	-	2.715	-	2.715	3.201
Outros	0,00%	3	-	3	3
<b>Subtotal imobilizado</b>		<b>115.122</b>	<b>(7.233)</b>	<b>107.889</b>	<b>105.122</b>
<b>Intangível</b>		<b>328</b>	<b>(38)</b>	<b>290</b>	<b>301</b>
<b>Total</b>		<b>115.450</b>	<b>(7.271)</b>	<b>108.179</b>	<b>105.423</b>

A movimentação dos ativos propriedade para investimentos, imobilizado e intangível apresentam-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em
	31/12/2015					31/12/2016
Terrenos	16.695	-	-	-	-	16.695
Prédios	54.795	4.723	(340)	38	(2.023)	57.193
Maquinas e equipamentos	28.057	6.482	(1.066)	-	(4.574)	28.899
Moveis e utensílios	2.036	256	(4)	-	(470)	1.818
Computadores e periféricos	174	108	(11)	300	(107)	464
Veículos	161	-	-	-	(59)	102
Imobilizações em andamento	3.201	2.445	(2.593)	(338)	-	2.715
Outros	3	-	-	-	-	3

<b>Subtotal imobilizado</b>	<b>105.122</b>	<b>14.014</b>	<b>(4.014)</b>	<b>-</b>	<b>(7.233)</b>	<b>107.889</b>
Intangível	301	27	-	-	(38)	290
<b>Subtotal intangível</b>	<b>301</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38)</b>	<b>290</b>
Propriedade para Investimento	16.760	1	-	-	-	16.761
<b>Subtotal Prop. para Investimento</b>	<b>16.760</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.761</b>
<b>Total</b>	<b>122.183</b>	<b>14.042</b>	<b>(4.014)</b>	<b>-</b>	<b>(7.271)</b>	<b>124.940</b>

A depreciação/amortização foi distribuída nas seguintes contas:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Custo dos produtos e serviços vendidos	7.043	6.920
Despesas administrativas	273	233
Despesas com vendas	6	5
<b>Total</b>	<b>7.322</b>	<b>7.158</b>

#### NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - CONSOLIDADO

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2016	
				Circulante	Não Circulante
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	186	1.676
Banrisul - Consórcio		-	-	37	280
Banrisul - Limite de Créd.		-	-	1	0
<b>Totais</b>				<b>268</b>	<b>2.192</b>

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2015	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	jan a mar/16	1.559	-
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	267	2.406
Arrendamento Mercantil		-	-	25	-
Banrisul - Consórcio		-	-	43	298
Banrisul - Limite de Créd.		-	-	2	-
<b>Totais</b>				<b>1.896</b>	<b>2.704</b>

#### Legenda:

- a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

#### NOTA 11 - FORNECEDORES - CONSOLIDADO

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Fornecedores Nacionais	7.668	7.545
<b>Total</b>	<b>7.668</b>	<b>7.545</b>

Conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do Ajuste a Valor Presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto

prazo sobre as quais o Ajuste a Valor Presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

#### NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisões de férias e 13º salário	-	-	6.974	7.509
Salários / Pró-labore a pagar	188	182	2.263	2.368
Rescisões a pagar	-	-	26	12
Outras obrigações a pagar	-	-	957	964
<b>Total</b>	<b>188</b>	<b>182</b>	<b>10.220</b>	<b>10.853</b>

#### NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES - CONSOLIDADO

	31/12/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS a recolher	1.485	-	1.532	-
Impostos retidos sobre serviços	488	-	456	-
IRRF a recolher	1.846	-	1.741	-
IRPJ/CSLL a recolher	112.013	-	105.415	-
FGTS a recolher	554	-	581	-
INSS a recolher	187.494	-	166.323	-
PIS e COFINS a recolher	38.981	-	36.610	-
Funrural a recolher	80	-	79	-
Outros Impostos a Recolher	815	-	779	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.307	-	1.213	-
<b>Subtotal</b>	<b>345.063</b>	<b>-</b>	<b>314.729</b>	<b>-</b>
Parcelamento Lei 11.941/2009	108	55	152	78
Parcelamento Lei 12.996/2014	1.661	19.847	1.499	19.428
ICMS - RS	-	-	46	-
ICMS - SP	861	945	675	1.345
ICMS - SC	1.305	1.153	1.198	2.259
Parcelamento IOF	-	181	-	215
FGTS	599	7.269	563	7.476
SESI/SENAI	479	-	435	435
IPTU	-	-	3	-
INSS	-	-	27	-
<b>Subtotal</b>	<b>5.013</b>	<b>29.450</b>	<b>4.598</b>	<b>31.236</b>
<b>Total</b>	<b>350.076</b>	<b>29.450</b>	<b>319.327</b>	<b>31.236</b>

#### NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334	12.561	13.206
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120	4.522	4.754
<b>Total</b>	<b>454</b>	<b>454</b>	<b>17.083</b>	<b>17.960</b>

#### NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

##### a) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, de suas controladas diretas e de sua controlada indireta foram fixadas em AGO's realizadas em 14 de abril de 2016 da seguinte forma: a) Minupar – em até R\$ 700 mil; b) Sulaves – em até R\$ 500; c) Valepar – em até R\$ 500, e; d) Minuano – em até R\$ 700 mil. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante 2016.

	Controladora	Consolidado
<b>Conselho de Administração</b>	122	122
<b>Diretoria Executiva</b>	38	369

##### b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Não Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Agostinho Carrer Partic. Ltda.	12.752	13.198
<b>Total</b>	<b>12.752</b>	<b>13.198</b>

  

Passivo Não Circulante	31/12/2016	31/12/2015
Serra do Roncador Part. Ltda.	24.232	26.135
Acionistas e Outros	5.279	9.972
<b>Total</b>	<b>29.511</b>	<b>36.107</b>

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

#### NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela

Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

Saldo em	Provisão para contingência				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2015	8.752	15.366	281	24.399	3.817	814	1	4.632
Movimentação (Adições-Baixas)	2.361	(2.123)	-	238	(1.748)	378	(1)	(1.371)
31/12/2016	11.113	13.243	281	24.637	2.069	1.192	-	3.261

### Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na Companhia e em suas controladas totalizam R\$ 142.250 mil (R\$ 148.257 mil em 31/12/2015), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

### NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO - CONSOLIDADO

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, conseqüentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

**NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO**

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na Lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da Lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao Crédito Prêmio IPI – Exportação.

**a) Medida Provisória nº 470/2009**

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

<b>MP 470/2009</b>	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
<b>Total</b>	<b>-</b>

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R\$ 35.279 mil. O referido montante está incluso no montante de causas possíveis quantificados e apresentado na Nota Explicativa nº 16.

**b) Lei nº 11.941/2009**

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada tiveram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

**c) Lei nº 12.996/2014**

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei nº 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
<b>Passivo tributário parcelado</b>	<b>497</b>	<b>76.297</b>	<b>76.794</b>
(-) Reduções da Lei 12.996/2014	(138)	(23.310)	(23.448)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(91)	(25.087)	(25.178)
<b>(=) Total líquido do passivo tributário aderido</b>	<b>268</b>	<b>27.900</b>	<b>28.168</b>

Em 30 de julho de 2015, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a controladora e sua controlada indireta formalizaram os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade Previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a controlada indireta formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo, sendo que a controladora não possuía débitos a serem consolidados na referida modalidade.

No caso da Companhia Minuano, com relação a modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

**d) Lei nº 13.043/2014**

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
<b>Passivo tributário parcelado</b>	<b>152</b>	<b>507</b>	<b>659</b>
(-) Pagamentos da Lei 13.043/2014	(46)	(152)	<b>(198)</b>
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(106)	(355)	<b>(461)</b>
<b>(=) Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

**c) Reserva Legal**

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

**d) Dividendos**

Quando aplicável e de acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

**e) Outros resultados abrangentes**

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

## NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir, em milhares de reais:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Incêndio, Raio e Explosão	43.884	42.900
Perda ou Pagamento de Aluguel	200	-
Tumultos, Greves e Lock-Out	3.000	3.000
Vendaval e Granizo	7.800	7.800
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	6.780	6.780
Alagamentos e Inundação	1.160	1.160
Lucros Cessantes	20.312	18.465
Estoques	1.000	1.000
Recomposição de Documentos	4	-

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

## NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

- a) Risco de Crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;
- b) Risco de Preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;
- c) Risco de Taxas de Câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 18%

das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

**d) Risco de Taxas de Juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

## NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

	31/12/2016		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	25.541	-	-
Materiais de embalagem	5.386	-	-
Salários incorridos	51.562	923	2.947
Encargos sociais incorridos	14.710	256	930
Férias e 13º salário incorridos	5.667	93	203
Benefícios a empregados	9.960	91	317
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	610	-	-
Equipamento de proteção individual	1.493	-	-
Serviços 3º / Industrialização 3º	8.934	561	1.232
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	7.758	23	90
Energia elétrica	14.883	-	71
Materiais de limpeza	376	-	23
Telefonia e transmissão de dados	69	62	73
Combustíveis e lubrificantes	2.049	125	31
Comissões sobre vendas	-	337	-
Viagens e estadias	30	66	91
Taxas e encargos legais	11	-	88
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	14	-
Fretes rodoviários e marítimos	377	3.365	5
Custos aduaneiros de exportação	2	1.153	-
Publicidade e propaganda	-	513	104
Análises laboratoriais	728	144	-
Provisões para contingências/PCLD	-	90	1
Depreciações	7.043	6	273
Locações/Aluguéis	1.369	-	22
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	301	-
Seguros	264	3	62
Outros gastos	569	203	221
<b>Total</b>	<b>159.391</b>	<b>8.329</b>	<b>6.784</b>

	31/12/2015		
	<b>Custo dos Produtos Vendidos</b>	<b>Despesas com Vendas</b>	<b>Despesas Administrativas</b>
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	26.559	-	-
Materiais de embalagem	5.636	-	-
Salários incorridos	50.518	806	2.764
Encargos sociais incorridos	13.060	178	719
Férias e 13º salário incorridos	5.357	87	268
Benefícios a empregados	10.740	110	479
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.496	-	103
Equipamento de proteção individual	1.500	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	11.236	502	1.428
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	6.127	30	39
Energia elétrica	15.187	-	63
Materiais de limpeza	321	-	22
Telefonia e transmissão de dados	94	72	71
Combustíveis e lubrificantes	2.266	112	21
Comissões sobre vendas	-	342	-
Viagens e estadias	39	44	75
Taxas e encargos legais	242	1	42
Armazenagem e movimentação de mercadorias	1	73	-
Fretes rodoviários e marítimos	198	3.862	6
Custos aduaneiros de exportação	3	1.360	-
Publicidade e propaganda	-	587	126
Análises laboratoriais	775	82	-
Depreciações	6.920	5	233
Locações/Aluguéis	1.060	-	19
Abatimentos concedidos sobre vendas	3	317	-
Seguros	278	8	63
Outros gastos	948	390	1.282
<b>Total</b>	<b>160.564</b>	<b>8.968</b>	<b>7.823</b>

## NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos incorridos em passivos fiscais	(174)	(4.004)
Despesas gerais incorridas	(2.146)	(3.801)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(368)	(506)
Provisão para Contingências	(5.870)	(5.618)

Reversão de Créditos Tributários	(291)	(100)
Encargos Parcelamento FGTS	-	(36)
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(8.849)</b>	<b>(14.065)</b>
Créditos tributários	1.800	1.830
Receitas gerais auferidas	8.633	1.768
Receita de venda de imobilizado	25	119
Recuperação de Despesa	-	1
Redução de passivos judiciais	6	2.292
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>10.464</b>	<b>6.010</b>
<b>Resultado líquido</b>	<b>1.615</b>	<b>(8.055)</b>

#### NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	31/12/2016	31/12/2015
Variações cambiais ativas	-	1.077
Descontos financeiros obtidos	70	93
Juros ativos sobre impostos	-	793
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	-	-
Outras receitas financeiras	43	319
<b>Receitas financeiras</b>	<b>113</b>	<b>2.282</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(280)	(1.836)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(118)	(170)
Variações cambiais	(179)	-
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(89)	(19)
Descontos financeiros concedidos	(184)	(424)
Pis/Cofins s/receita financeira	(10)	(59)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(8.031)	(11.221)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(26.119)	(20.206)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(1.501)	(953)
Outras despesas financeiras	(339)	(384)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(36.850)</b>	<b>(35.272)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(36.737)</b>	<b>(32.990)</b>

#### NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a)** Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b)** Frigorífico – Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
<b>BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>66.647</b>	<b>73.627</b>	<b>142.635</b>	<b>147.327</b>	-	-	<b>209.282</b>
de devoluções	(10.867)	(11.354)	(2.117)	(2.296)	-	-	(12.984)
<b>LÍQUIDA</b>	<b>55.780</b>	<b>62.273</b>	<b>140.518</b>	<b>145.031</b>	-	-	<b>196.298</b>
dos produtos e serviços vendidos	(46.470)	(44.024)	(112.921)	(116.540)	-	-	(159.391)
<b>BRUTO</b>	<b>9.310</b>	<b>18.249</b>	<b>27.597</b>	<b>28.491</b>	-	-	<b>36.907</b>
<b>DESAÍDOS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>							
administrativas	-	-	-	-	(6.784)	(7.823)	(6.784)
com vendas	(7.641)	(8.080)	(688)	(888)	-	-	(8.329)
Receitas Operacionais	-	-	-	-	10.464	6.010	10.464
Despesas Operacionais	-	-	-	-	(8.848)	(14.065)	(8.848)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>1.669</b>	<b>10.169</b>	<b>26.909</b>	<b>27.603</b>	<b>(5.168)</b>	<b>(15.878)</b>	<b>23.410</b>
financeiras	-	-	-	-	(36.852)	(35.272)	(36.852)
financeiras	-	-	-	-	112	2.282	112
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>1.669</b>	<b>10.169</b>	<b>26.909</b>	<b>27.603</b>	<b>(41.908)</b>	<b>(48.868)</b>	<b>(13.332)</b>
Impostos PJ correntes	-	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.669</b>	<b>10.169</b>	<b>26.909</b>	<b>27.603</b>	<b>(41.908)</b>	<b>(48.868)</b>	<b>(13.332)</b>
para Acionistas não Controladores							(12)
para Acionistas Controladores							(13.320)

## NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em Assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

<b>Quantidade de Ações em 31/12/2016</b>	<b>7.100</b>
Resultado do exercício (consolidado)	(13.332)
Resultado por ação básico e diluído	(1,87775)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

## NOTA 27 - FATO RELEVANTE

Em 03 de maio de 2016 a Companhia efetuou a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades da unidade de abates de aves da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo, RS. Dentre outros fatores determinantes a suspensão das atividades da referida unidade, pesou o encerramento, em abril/2016, do contrato de prestação de serviço de abates de aves que a Minuano mantinha junto à outra empresa do ramo.

**NOTA 28 - CONTINUIDADE OPERACIONAL**

Em abril/2016 a Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, renovou o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo. Nossa expectativa é continuarmos com os controles de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização financeira da Companhia e suas controladas.

**NOTA 29 - EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2016, a Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, elegeu, com Mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício de 2016, a Diretora Carla Luciane Diedrich.

Conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, de 06 de fevereiro de 2017, deliberaram-se os seguintes assuntos: (i) destituição de membro da Diretoria Sr. Marcos Antonio Costa de Almeida, onde exercia o cargo de Diretor de Relações com Investidores; (ii) em conformidade com o artigo 22 do Estatuto Social, a designação do novo ocupante para o cargo de Diretor de Relações com Investidores, cuja gestão irá até a primeira reunião do Conselho de Administração, destinada a eleger a Diretoria, que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2017, tendo sido designada para essa função a Sra. Rocheli Verçosa Souza.

**Anexo IV - Parecer do Conselho Fiscal**

A Companhia e suas controladas não possuem conselho fiscal.

**Anexo V – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481)**

Não se aplica em virtude de Companhia ter registrado prejuízos nos últimos 3 anos.

## **Anexo VI - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia**

De acordo com o disposto no art. 9º da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia deve fornecer até um mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Em atendimento a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores conforme item 10 da mesma instrução.

### **1) Comentário dos Administradores**

#### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Receita Líquida no ano de 2016 reduziu em 5,06 %, quando comparada ao ano de 2015. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 196,3 milhões, sendo que no ano de 2015, a receita líquida foi de R\$ 207,3 milhões. Esta redução deu-se em função da suspensão das atividades do abate de aves na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS).

As despesas com vendas reduziram no ano de 2016, passando de R\$ 8,9 milhões em 2015 para R\$ 8,3 milhões. A referida queda está diretamente vinculada a redução no volume de industrializados de carne comercializados para o Mercado Externo no período.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2016, passando de R\$ 7,8 milhões em 2015 para R\$ 6,7 milhões.

#### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

##### **i) Hipótese de resgate**

Não se aplica.

##### **ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica.

#### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A melhoria de performance está relacionada principalmente ao desempenho da operação de industrializados, onde, apesar de verificarmos uma redução dos volumes de vendas praticados no ano, os preços verificados nas operações do Mercado Externo, contribuíram de maneira expressiva na geração de caixa.

#### **d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia possui operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs) e linhas de pré pagamentos vinculados às operações de exportação. Adicionalmente, a Companhia utiliza recursos próprios para o financiamento de ativos não circulantes.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

ACCs e operações de créditos bancários.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Conforme demonstrado no item “ii”.

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2016	
				Circulante	Não Circulante
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	267	2.406
Arrendamento Mercantil		-	-	25	-
Banrisul – Consórcio		-	-	43	298
Banrisul – Limite de Créd.		-	-	2	-
<b>Totais</b>				<b>1.896</b>	<b>2.704</b>

**Legenda:**

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Não se aplica.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Não se aplica.

## **1.2. Comentários dos Administradores**

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

### **a. Resultados das operações do emissor:**

#### **i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Receita Líquida no ano de 2016 reduziu em 5,06 %, quando comparada ao ano de 2015. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 196,3 milhões, sendo que no ano de 2015, a receita líquida foi de R\$ 207,3 milhões. Esta redução deu-se em função da suspensão das atividades do abate de aves na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS).

#### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nada a comentar

#### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A seguir, segue demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	206.762	220.954	200.130
Lucro Bruto Consolidado	36.907	46.740	40.311
Resultado Operacional Consolidado	23.410	29.949	23.012
Prejuízo por Ação	(1,8776)	(0,0156)	(0,0030)

## **1.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

### **a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Nada a destacar.

### **c. Eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.

#### 1.4. Os diretores devem comentar

##### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano.

##### a.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

##### a.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

##### a.3 Mudanças em Políticas Contábeis

Não houve mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia e/ou suas controladas durante o ano.

##### c. Ressalvas e/ou ênfases presentes no parecer do auditor

Com base no Relatório dos Auditores Independentes, não houve ressalvas e as ênfases apresentadas são as seguintes:

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R\$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990, nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF),

objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2016 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**1.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) e as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,

- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **b) Clientes**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

### **c) Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **d) Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **e) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **f) Investimentos**

#### **f1) Participações Societárias**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

#### **f2) Propriedades para Investimento**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

### **g) Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2016, a administração da controlada avaliou os cenários da Companhia constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

### **h) Intangível**

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

### **i) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **j) Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores

captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **k) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **l) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

### **m) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte “B” dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

### **n) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços – Consolidado**

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

### **o) Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

**p) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis**

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

**1.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:**

**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Com base nas melhores práticas, a Companhia e suas controladas, buscam manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

As verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não identificaram falhas relevantes que possam comprometer a segurança dos controles internos.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Não consta no relatório do auditor independente deficiências, tampouco recomendações sobre os controles internos da Companhia e de suas controladas.

**1.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica.

**1.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não se aplica.

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

**1.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**1.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2016 os investimentos realizados pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ficaram vinculados a equipamentos para produção de industrializados de frango, bem como melhorias nos processos industriais das demais unidades.

**ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

A fonte de financiamento dos investimentos são os fornecedores da Controlada Indireta.

**iii. Dos investimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não se aplica.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

**ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**1.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a comentar

**Anexo VII – Currículo dos Candidatos e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.**

**12.6 – Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar:**

**Órgão: Conselho de Administração:**

<b>Nome</b>	Antonio Carlos Rago Cano	Chao En Ming	Cynthia Christina da Silva Vello	Welinton dos Reis Balderrama
<b>Idade</b>	51	59	42	62
<b>Profissão</b>	Corretor de Valores	Médico	Administradora de Empresas	Advogado
<b>CPF</b>	087.769.278-57	019.210.358-03	104.434.508-03	644.330.058-00
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Presidente	Conselheiro	Conselheira	Vice-Presidente
<b>Data da Eleição</b>	16/04/2016	16/04/2016	16/04/2016	16/04/2016
<b>Data da Posse</b>	16/04/2016	16/04/2016	16/04/2016	16/04/2016
<b>Prazo do Mandato</b>	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
<b>Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Eleito Pelo Controlador?</b>	Não	Não	Não	Não

**Órgão: Diretoria Executiva:**

<b>Nome</b>	Carla Luciane Diedrich	Rocheli Verçosa Souza
<b>Idade</b>	33	39
<b>Profissão</b>	Quimica	Advogada
<b>CPF</b>	006.031.730-20	897.259.640-04
<b>Cargo eletivo ocupado</b>	Diretor Presidente	Diretor de Relações de Investidores
<b>Data da Eleição</b>	16/04/2016	16/04/2016
<b>Data da Posse</b>	16/04/2016	16/04/2016
<b>Prazo do Mandato</b>	1 ano	1 ano
<b>Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor</b>	N/A	N/A
<b>Eleito Pelo Controlador?</b>	Não	Não

Eventuais alterações dos candidatos poderão ocorrer até o momento da realização da Assembleia.

**12.7 – Não se aplica.**

## **12.8.a – Currículos**

### **1. Antonio Carlos Rago Cano**

#### **Formação Acadêmica:**

Corretor de Valores

#### **Histórico Profissional:**

Novinvest S/A. Corretora de Valores Mobiliários - Auxiliar de Pregão - Bovespa  
Fonte S/A. Corretora de Câmbio e Valores - Auxiliar de Pregão - Bovespa  
Escritório Levy Corretora de Valores Mobiliários Ltda. - Operador Mercado de Ações e Futuros  
Sênior Corretora de Câmbio, Valores e Futuros Ltda. - Operador Sênior Mercado de Ações e Futuros.  
Lloyds Bank Multiplic S/A. – Gerente de Operações Sênior - Mercado de Ações e Futuros  
Multistock Corretora de Câmbio, e Valores S/A - Gerente de Operações Sênior Mercado Futuros BM&F  
Banco Indusval Multistock S/A. - Assessor Comercial  
BKL Corretora de Mercadorias S/A. – Gerente Sênior de Operações - Mercado Futuros BM&F  
Minupar Participações S/A. – Vice-Presidente do Conselho de Administração - De 16/04/2015 a atual

### **2. Chao En Ming**

#### **Formação Acadêmica:**

Graduado em medicina pela Faculdade de Medicina de Taubaté  
Curso de Especialização - Residência Médica, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia,  
São Paulo; Titulado em Terapia Intensiva.

#### **Histórico Profissional:**

Solidez Corretora de Cambio e Valores Mobiliários - Diretor Administrativo-Financeiro - De 1992 a atual  
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11/04/2014 a atual

### **3. Cynthia Cristina da Silva Vello**

#### **Formação Acadêmica:**

Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Bandeirantes –2003

#### **Histórico Profissional**

Solidez Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários - Gerente da área de Controles Internos/Compliance - De 1998 a atual  
Minupar Participações S/A. - Conselho de Administração - De 11/04/2014 a atual

#### **4. Welinton dos Reis Balderrama**

##### **Formação Acadêmica:**

Bacharel em Direito - Faculdades Integradas de Guarulhos – Conclusão: 2001

##### **Histórico Profissional**

Novação Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S/A – Diretor - abril/1.983  
 Isoldi S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários. Departamento de Operações Novembro/1995  
 Balderrama, Perez Advogados – Especialização em Mercado de Capitais - De 07/2005 a atual  
 Minupar Participações S/A - Conselho de Administração De 11/04/2014 a atual

#### **5. Rocheli Verçosa Souza**

##### **Formação Acadêmica:**

Advogado - Faculdade Pontificia Universidade Catolica – PUC/RS – Conclusão: 2000

##### **Histórico Profissional**

Atuou durante 16 anos como nas áreas do Direito, assumindo a posição de Diretor de relações com Investidores, na Companhia Minuano de Alimentos em Jan/2017.  
 Eleito em 07/02/2017, Conselho de Administração da Companhia, Diretor de Relações com Investidores da Minupar Participações S/A..

#### **12.8.b – Descrição de qualquer dos seguintes eventos ocorridos durante os últimos 5 anos:**

<b>Nome</b>	<b>Condenação criminal</b>	<b>Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas</b>	<b>Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</b>
Antonio Carlos Rago Cano	Não	Não	Não
Chao En Ming	Não	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Cynthia Cristina da Silva Vello	Não	Não	Não
Welinton dos Reis Balderrama	Não	Não	Não
Rocheli Verçosa Souza	Não	Não	Não

#### **12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:**

a. Não existe nenhuma relação entre administradores do emissor referidos nos itens “a” e “b”.

**12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

Não ocorreu nenhuma das hipóteses dos itens “a” e “b”.

**Anexo VIII - Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES****Remuneração dos Administradores**

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 e no § 2º do art. 17 do Estatuto Social, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Nesse sentido, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2017, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

De acordo com o disposto no art. 12, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, sempre que a Assembleia Geral for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, aprovado na Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, as quais estão descritas a seguir:

**a - Práticas de Remuneração**

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembleia Geral Ordinária e na Lei 6.404/76.

Os honorários anuais do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em 13 (treze) parcelas, sendo 2 (duas) pagas no mês de dezembro.

Anualmente, os honorários fixos são reajustados de acordo com parâmetros de inflação e, quando necessário, são procedidos alinhamentos a valores de mercado, baseados em pesquisa específica.

**b - Remuneração reconhecida no resultado da Companhia - honorários (em milhares de reais)****Órgão: Conselho de Administração**

Anos	2016
Membros	6
Valor (em milhares de reais)	115

**Órgão: Diretoria Executiva**

Anos	2016
Membros	2
Valor (em milhares de reais)	14

**Remuneração prevista para o exercício de 2017****Órgão, Nº de membros e Honorários**

<b>Órgãos</b>	<b>Membros</b>	<b>Remuneração</b>
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	6	R\$ 250.000,00

**c - Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, emitidas pela Companhia ou por sociedades controladas, por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em 31 de dezembro de 2016.**

**Companhia (Minupar Participações S/A.)****Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal**

<b>Órgão</b>	<b>Nº de ações</b>
Conselho de Administração	99.361.517
Diretoria Estatutária	-

**Valepar S/A. (Controlada Direta)****Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal**

<b>Órgão</b>	<b>Nº de ações</b>
Conselho de Administração	29.299
Diretoria Estatutária	-

**Ações Preferenciais Nominativas "A", sem valor nominal**

<b>Órgão</b>	<b>Nº de ações</b>
Conselho de Administração	17
Diretoria Estatutária	-

**Sulaves S/A. (Controlada Direta)****Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal**

<b>Órgão</b>	<b>Nº de ações</b>
Conselho de Administração	75
Diretoria Estatutária	-

**d - Percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos Controladores**

**Órgão: Conselho de Administração**

<b>Anos</b>	<b>2016</b>
Membros	1
%	20%

**Órgão: Diretoria Estatutária**

<b>Anos</b>	<b>2015</b>
Membros	-
%	-

**e - Valores reconhecidos no resultado de controladas (em milhares de reais)**

Os valores reconhecidos no resultado de controladas, demonstrado nas tabelas abaixo, referem-se à remuneração de membros de suas Diretorias.

	<b>Minuano</b>	<b>Valepar</b>	<b>Sulaves</b>
Ano	2016	2016	2016
Membros	2	2	2
Valores (em milhares de reais)	306	0,50	0,50